

**DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE  
REMANESCENTE DO QUILOMBO DO GURUPÁ NO MUNICÍPIO DE  
CACHOEIRA DO ARARI, MARAJÓ, PARÁ: PERSPECTIVA SOCIAL,  
AMBIENTAL E ECONÔMICA.**

**DIAGNOSIS OF FAMILY AGRICULTURE IN THE REMAINING COMMUNITY  
OF THE QUILOMBO DO GURUPÁ IN THE MUNICIPALITY OF CACHOEIRA DO  
ARARI, MARAJÓ, PARÁ: SOCIAL, ENVIRONMENTAL AND ECONOMIC  
PERSPECTIVE.**

Gabriela dos Santos Bragança<sup>1</sup> , Whellyson Pereira Araújo Cordão<sup>2</sup> ,  
Flaubert Queiroga de Sousa<sup>3</sup>  e Altamiro Oliveira de Malta<sup>4</sup> 

Recebido em 24 de Agosto de 2025 | Aprovado em 20 de Fevereiro de 2026

### RESUMO

Objetivou-se com este trabalho analisar a agricultura familiar na Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, em Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó, Pará, destacando suas dimensões social, ambiental e econômica. A pesquisa de natureza exploratória e descritiva, combinou abordagem quanti-qualitativa, aplicação de questionários a 17 famílias e revisão bibliográfica. Os resultados revelam que a agricultura é a base da existência quilombola, marcada pela predominância da horticultura, pecuária e práticas extrativistas, ainda fortemente atreladas ao saber tradicional. Apesar de sua importância, o segmento enfrenta limitações estruturais, como baixo acesso a crédito, ausência de assistência técnica e baixa escolaridade, fatores que restringem a adoção de tecnologias, práticas conservacionistas e estratégias agroecológicas. Além disso, a baixa participação em associações e cooperativas compromete o fortalecimento coletivo e o acesso a mercados. Observou-se também a percepção local sobre os impactos das mudanças climáticas, aliados à dependência de recursos hídricos naturais. Diante desse cenário, destaca-se a urgência de políticas públicas específicas, que articulem apoio técnico, capacitação, incentivo à organização social e acesso a financiamento, favorecendo a autonomia e a sustentabilidade da produção. Assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre os desafios e potencialidades da agricultura familiar quilombola na Amazônia, reforçando a necessidade de ações integradas que valorizem os saberes tradicionais e fortaleçam a segurança alimentar, a geração de renda e a conservação ambiental.

**Palavras-chave:** Povos tradicionais; caracterização; desenvolvimento sustentável.

### ABSTRACT

The objective of this work was to analyze family agriculture in the Remaining Community of Quilombo do Gurupá, in Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó, Pará, highlighting its social, environmental and economic dimensions. The exploratory and descriptive research combined a quantitative-qualitative approach, application of questionnaires to 17 families and bibliographic review. The results reveal that agriculture is the basis of quilombo existence, marked by the predominance of horticulture, livestock and extractive practices, still strongly linked to traditional knowledge. Despite its importance, the segment faces structural limitations, such as low access to credit, lack of technical assistance and low schooling, factors that restrict the adoption of technologies, conservationist practices and agroecological strategies. In addition, the low participation in associations and cooperatives compromises collective strengthening and access to markets. The local perception

<sup>1</sup> Graduando em Tecnologia em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Breves). Breves, PA, Brasil. E-mail: [gs97775473@gmail.com](mailto:gs97775473@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Brasil. E-mail: [whellyson.araujo@ifpa.edu.br](mailto:whellyson.araujo@ifpa.edu.br)

<sup>3</sup> Doutor em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Breves). Breves, PA, Brasil. E-mail: [flaubert.sousa@ifpa.edu.br](mailto:flaubert.sousa@ifpa.edu.br)

<sup>4</sup> Doutor em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Itaituba), Brasil. E-mail: [altamiro.malta@ifpa.edu.br](mailto:altamiro.malta@ifpa.edu.br)

of the impacts of climate change, combined with the dependence on natural water resources, was also observed. Given this scenario, the urgency of specific public policies stands out, which articulate technical support, training, encouragement to social organization and access to financing, favoring the autonomy and sustainability of production. Thus, the study contributes to broadening the understanding of the challenges and potentialities of quilombola family agriculture in the Amazon, reinforcing the need for integrated actions that value traditional knowledge and strengthen food security, income generation and environmental conservation.

**Keywords:** Traditional peoples; characterization; sustainable development.

## 1 Introdução

A agricultura familiar desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, na segurança alimentar e na preservação dos saberes e práticas culturais no Brasil. Esse segmento corresponde a aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo responsável pela produção de alimentos e pela geração de renda em grande parte dos territórios rurais, empregando mais de 10 milhões de pessoas e representando cerca de 67% dos trabalhadores do setor (IBGE, 2017).

No estado do Pará, especialmente no município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, a agricultura familiar se constitui como atividade central para a subsistência das famílias, a conservação dos recursos naturais e a manutenção de práticas agroecológicas tradicionais (Ludovino; Tourrand; Veiga, 2000; Barbosa, 2005). Esse modelo produtivo está fortemente vinculado às dinâmicas socioculturais das populações locais, como os povos quilombolas, que desenvolvem sistemas agrícolas adaptados às condições ambientais e socioeconômicas do território.

Entretanto, o fortalecimento da agricultura familiar na região enfrenta desafios históricos e estruturais. O acesso limitado a crédito, assistência técnica, tecnologias adequadas, infraestrutura e mercados ainda configura um dos principais obstáculos ao desenvolvimento produtivo e sustentável desses agricultores. A situação se agrava em contextos de maior vulnerabilidade social, como nas comunidades quilombolas, onde a insegurança alimentar persiste como realidade, evidenciada por estudos que associam essa condição à ausência de renda, educação, habitação adequada e ao racismo institucional (Penssan, 2022), que aponta um aumento significativo desse problema nos domicílios rurais.

Frente a esses desafios, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desempenham papel estratégico ao promover a comercialização da produção e fortalecer economicamente as comunidades rurais, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento local (BRASIL, 2023). Contudo, sua

efetividade ainda apresenta limitações, especialmente em regiões isoladas da Amazônia, onde as necessidades locais exigem ações integradas e contextualizadas.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a agricultura familiar na Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, localizada no município de Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó, sob as perspectivas social, ambiental e econômica. A partir desse diagnóstico, busca-se compreender as práticas produtivas, os desafios enfrentados e identificar estratégias que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola.

## 2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa. Essa escolha permitiu reunir dados numéricos relevantes sobre a realidade socioeconômica e ambiental dos agricultores, ao mesmo tempo em que buscou compreender percepções, saberes e práticas culturais presentes na comunidade pesquisada.

Conforme explica Gil (2009), o principal objetivo de uma pesquisa descritiva é apresentar de forma detalhada as características de uma determinada população ou fenômeno, identificando relações entre diferentes variáveis. Já Minayo (2007) destaca que, no enfoque qualitativo, o objeto de estudo é compreendido a partir da perspectiva de quem o vivencia, pessoas inseridas em contextos sociais específicos, com suas crenças, valores e significados. Ela enfatiza que a pesquisa qualitativa visa compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores, considerando valores culturais, representações, relações sociais e processos históricos, o que é fundamental para analisar contextos complexos, como o da agricultura familiar em comunidades quilombolas.

Além disso, o trabalho possui também caráter explicativo, pois procura compreender causas e fatores que influenciam diretamente a organização e as práticas da agricultura familiar na comunidade quilombola.

Quanto às fontes utilizadas, esta pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e de campo. Foram consultados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais disponíveis em bases e repositórios digitais da internet, além da aplicação direta de questionários aos agricultores familiares da Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá.

O presente estudo foi realizado no município de Cachoeira do Arari, localizado na

região do Arquipélago do Marajó, estado do Pará. A área específica da pesquisa corresponde à Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, cuja sede comunitária é representada pela Associação Quilombola do Rio Gurupá (ARQUIG).

Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o município de Cachoeira do Arari possui uma população estimada de aproximadamente 25.243 habitantes, destacando-se pela forte presença de comunidades tradicionais, incluindo populações quilombolas. A economia local baseia-se principalmente na agricultura familiar, na pesca artesanal e no extrativismo vegetal.

A pesquisa contou com a participação de 17 agricultores familiares da Comunidade do Gurupá. Os questionários foram aplicados de forma presencial na sede da ARQUIG, após convite realizado pelo presidente da associação, que mobilizou os moradores interessados em contribuir com o levantamento. Essa estratégia buscou garantir maior representatividade e participação comunitária, respeitando o contexto cultural e social do território.

A Figura 1 apresenta o mapa do município de Cachoeira do Arari, cuja delimitação está destacada em vermelho. Em amarelo, encontra-se sinalizada a sede da ARQUIG, local onde foi realizada a aplicação dos questionários junto aos agricultores familiares.

Figura 1 – Mapa do município de Cachoeira do Arari delimitação em vermelho e destaque da sede da ARQUIG em amarelo, onde foram aplicados os questionários.



Fonte: Google Maps (2025).

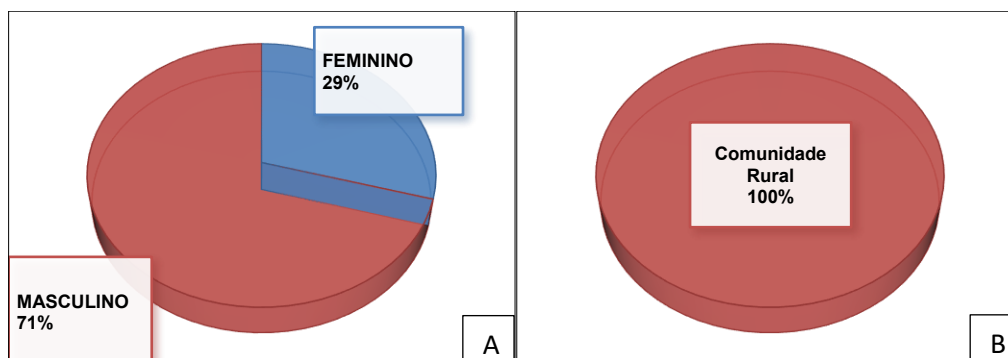
Cachoeira do Arari localiza-se na planície da Ilha de Marajó, abrangendo cerca de 3.107 km<sup>2</sup> de extensão, com altitude média de 10 metros acima do nível do mar, inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Arari, cujas águas são permanentes ao longo do ano. Segundo o IBGE (2023), a população urbana é estimada em 23.981 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 7,6 habitantes/km<sup>2</sup>. O clima da região é classificado como Am, com chuvas abundantes que totalizam cerca de 2.500 mm anuais (INMET, 2020), características que influenciam diretamente a organização social, ambiental e produtiva das comunidades tradicionais, como o Quilombo do Gurupá.

### **3 Resultados e Discussão**

Na (Figura 2A), observa-se que a maioria dos entrevistados na Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá é composta por pessoas do sexo masculino, representando 71% do total, enquanto as mulheres correspondem a 29%. Esse resultado demonstra que a agricultura familiar na comunidade é realizada, predominantemente, pelos homens, o que pode estar relacionado à divisão tradicional de tarefas no meio rural, onde os homens, em geral, ocupam as funções mais associadas ao trabalho direto na terra.

Esse dado também corrobora com o estudo de Souza e Silva (2020), que discute como a divisão sexual do trabalho no campo reflete uma construção histórica, social e cultural, na qual os homens assumem as atividades diretamente ligadas ao cultivo e à produção agrícola, enquanto as mulheres, embora exerçam um papel fundamental no manejo dos quintais, na transformação de alimentos e na manutenção dos saberes tradicionais, acabam tendo sua participação muitas vezes invisibilizada nos espaços produtivos formais. Esse padrão também foi identificado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), ao analisar comunidades rurais e quilombolas, onde a maior parte das atividades na roça são atribuídas aos homens, refletindo uma lógica patriarcal presente nos territórios rurais, embora as mulheres sejam peças-chave para a sustentabilidade econômica, social e cultural das famílias.

**Figura 2.** Respostas das perguntas: A - "Qual o seu gênero sexual". B- "Local de residência"



Já na (Figura 2B), percebe-se que todos os entrevistados residem na própria comunidade rural do Quilombo do Gurupá, o que corresponde a 100% do total. Esse dado evidencia que a agricultura familiar desempenhada por essas pessoas está diretamente ligada ao espaço onde vivem, reforçando a forte relação entre a prática agrícola e o território quilombola. Essa ligação direta ao local de residência também indica que a produção é realizada, majoritariamente, para atender as necessidades das famílias locais e, em parte, para a comercialização nos mercados próximos, como meio de garantir a renda familiar.

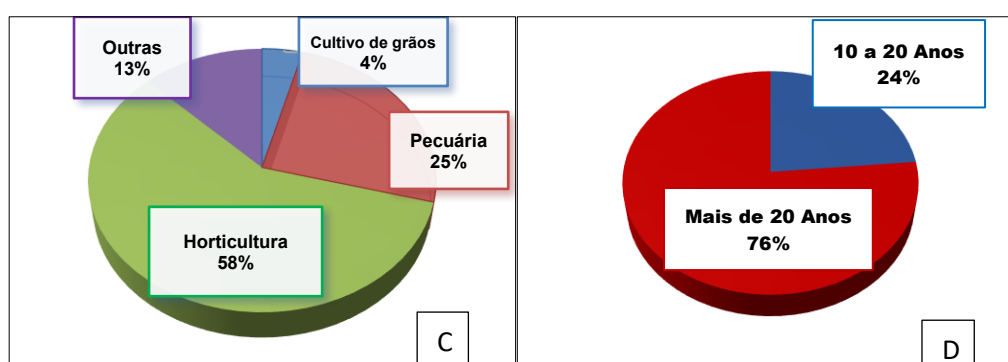
Esse aspecto está alinhado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013), que destaca que, para os povos quilombolas, o território representa mais que um espaço físico: é um espaço cultural e indenitário onde a agricultura familiar se configura como estratégia de subsistência e resistência, assegurando a autonomia econômica e a preservação dos modos de vida tradicionais.

Quanto às atividades produtivas realizadas pelos agricultores familiares da Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, observou-se que a grande maioria, 58% (Figura 3C), dedica-se à horticultura, enquanto 25% atuam na pecuária. Apenas 4% trabalham com o cultivo de grãos e 13% desenvolvem outras atividades agrícolas, como plantação de açaí, extrativismo e roça. Esse dado indica uma clara preferência pela produção de hortaliças, provavelmente por ser uma prática que permite maior diversificação e flexibilidade na produção, além de atender tanto às necessidades alimentares da família quanto à comercialização de excedentes. Rocha e Campos (2021) destacam que a horticultura é fundamental para a segurança alimentar e para a geração de renda em comunidades rurais, pois possibilita diversificação produtiva e adaptação às condições ambientais.

Quanto ao tempo de atuação na agricultura, os dados revelam dois grupos distintos: a maioria, cerca de 76%, atua na atividade há mais de 20 anos, enquanto 24% trabalham entre 10

e 20 anos (Figura 3D). Esse resultado demonstra que boa parte dos agricultores possui longa experiência na atividade, o que pode estar relacionado à tradição familiar e ao conhecimento acumulado ao longo das gerações. Santos, Valadares e Silva (2025) destacam que a permanência prolongada na agricultura familiar fortalece os vínculos culturais e sociais com o território, evidenciando a importância da transmissão intergeracional de saberes para a sustentabilidade dessas práticas.

**Figura 3.** Respostas das perguntas: C- "Qual é a sua principal atividade agrícola?". D- "Há quanto tempo está envolvido com a agricultura?"



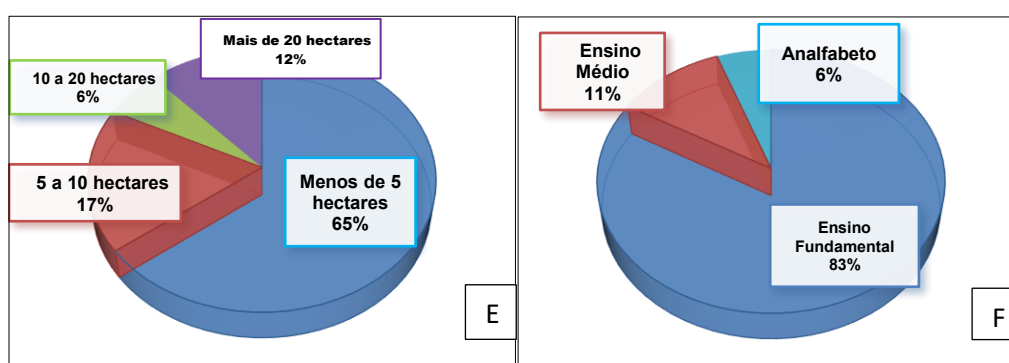
Os dados demonstram uma certa flexibilidade e adaptabilidade dos agricultores familiares da Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, que ajustam suas atividades produtivas de acordo com as condições ambientais, as necessidades de subsistência e as possibilidades de comercialização. A diversificação das atividades, como a horticultura, a pecuária, o extrativismo e a plantação de açaí, evidencia estratégias que buscam ampliar as fontes de renda e garantir maior segurança alimentar para as famílias. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (2017) ressalta que essa combinação entre tradição e adaptação é fundamental para a sustentabilidade social, ambiental e econômica da agricultura familiar, reforçando a importância do conhecimento tradicional associado às práticas inovadoras para a manutenção da comunidade e do território.

Quanto ao tamanho das propriedades agrícolas (Figura 4E), a maioria dos entrevistados (65%) declarou possuir áreas com menos de 5 hectares, o que evidencia o perfil predominante de pequenas propriedades, típico da agricultura familiar na região. Outros 17% relataram ter entre 5 e 10 hectares, 6% entre 10 e 20 hectares, enquanto apenas 12% afirmaram possuir mais de 20 hectares. Esses dados confirmam a expressiva concentração de produtores em unidades produtivas de pequena escala, reforçando a importância da terra como fator limitante para

expansão e diversificação da produção. De acordo com Souza *et al.* (2019), essa característica é comum no Pará, onde a agricultura familiar se estrutura majoritariamente em pequenas propriedades, o que limita o acesso a investimentos e tecnologias.

Em relação ao nível de escolaridade dos membros da família envolvidos na atividade agrícola (Figura 4F), 83% possuem apenas o ensino fundamental, enquanto 11% concluíram o ensino médio e 6% são analfabetos. Esse perfil educacional indica um baixo nível de formação formal entre os agricultores, o que pode representar uma barreira para a adoção de novas práticas, o acesso a políticas públicas e a capacidade de gestão das atividades produtivas. De acordo com a Embrapa (2018), o baixo nível de escolaridade limita o acesso dos produtores a informações técnicas e à assistência rural, dificultando a adoção de tecnologias e comprometendo a eficiência produtiva e a sustentabilidade das propriedades.

**Figura 4.** Respostas das perguntas: E- "Qual é o tamanho da sua propriedade agrícola?" F- " Qual é o nível de escolaridade dos membros da sua família envolvidos na agricultura?"



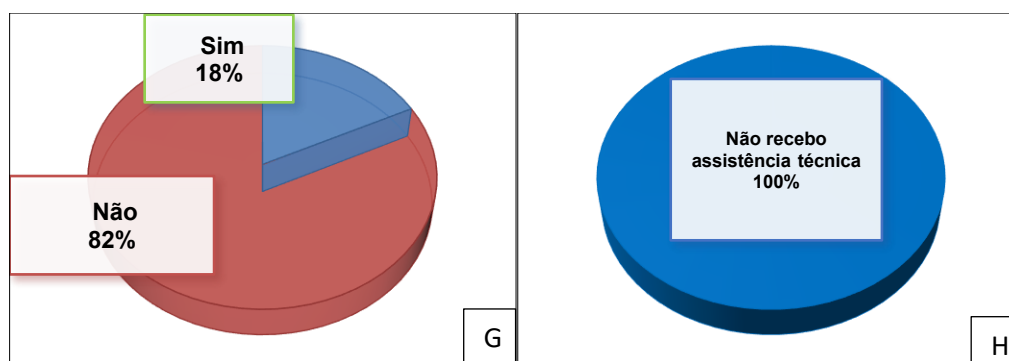
Esses resultados revelam uma realidade na qual a agricultura familiar em Cachoeira do Arari é marcada por propriedades de pequeno porte e por um nível educacional reduzido entre os trabalhadores do campo. A limitação de área compromete a capacidade produtiva e, associada à baixa escolaridade, dificulta o acesso a tecnologias e programas de incentivo governamentais. Essa conjuntura reforça a necessidade de políticas públicas integradas que articulem acesso à terra, educação do campo e assistência técnica, promovendo condições reais de autonomia e sustentabilidade para os agricultores familiares marajoaras, como defendem Grisa e Schneider (2015).

Quanto à participação em associações ou cooperativas agrícolas (Figura 5.G), observou-se que 82% dos entrevistados afirmaram não participar de nenhuma organização desse tipo, enquanto apenas 18% disseram que fazem parte. Esse resultado mostra que a maioria dos agricultores familiares da comunidade atua de forma individual, o que pode limitar o acesso a

benefícios coletivos, como compras em grupo, comercialização conjunta e participação em projetos ou programas governamentais voltados ao fortalecimento da agricultura familiar. Estudos como o de Souza e Silva (2016) ressaltam que a falta de organização coletiva enfraquece a capacidade dos agricultores em negociar melhores preços e acessar políticas públicas de forma eficaz.

Já em relação à assistência técnica para as atividades agrícolas (Figura 5H), 100% dos entrevistados afirmaram que não recebem qualquer tipo de apoio técnico. Esse dado é bastante expressivo, pois demonstra a ausência total de acompanhamento por parte de órgãos públicos ou instituições especializadas, o que pode comprometer a adoção de boas práticas no manejo do solo, da água, do controle de pragas e do aumento da produtividade. Conforme enfatiza o Ipea (2024), a assistência técnica e a extensão rural configuram-se como “pilares de sustentação institucional” essenciais para aumentar a eficiência produtiva e promover a sustentabilidade na agricultura familiar.

**Figura 5.** Respostas das perguntas: G- " Você participa de alguma associação ou cooperativa agrícola?". H- " Como você avalia a assistência técnica recebida para suas atividades agrícolas?"

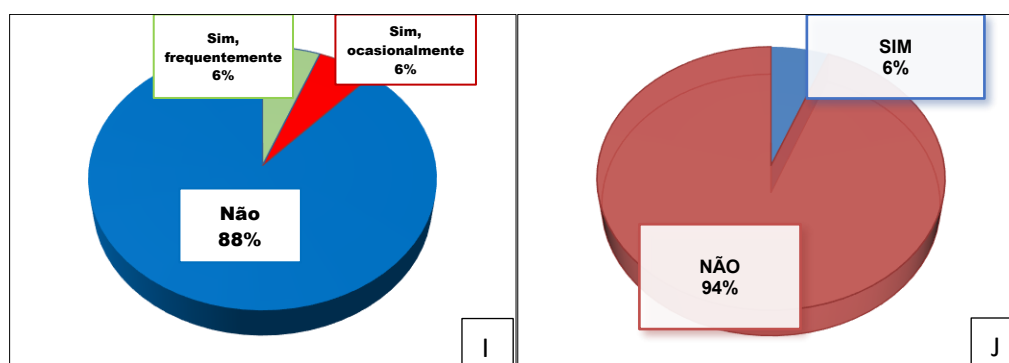


Esses resultados revelam uma fragilidade importante na organização e no suporte técnico à agricultura familiar da Comunidade do Gurupá. A ausência de participação em associações e a falta total de assistência técnica dificultam o acesso às políticas públicas, ao crédito rural, à capacitação e à inovação tecnológica. A atuação isolada de grande parte dos agricultores, somada à inexistência de apoio técnico, compromete não só o rendimento das lavouras, mas também o fortalecimento econômico e social da comunidade. Promover a organização coletiva por meio de associações e garantir a presença de assistência técnica rural são caminhos fundamentais para fortalecer a agricultura familiar de forma sustentável e integrada às necessidades locais, conforme defendido por Grisa e Schneider (2015).

Quanto às práticas de conservação do solo (Figura 6.I), a maioria dos entrevistados, 88%, afirmou não adotar nenhum tipo de prática específica voltada para a preservação ou recuperação do solo em suas atividades agrícolas. Apenas 6% disseram adotar essas práticas frequentemente e outros 6% ocasionalmente. Esses dados mostram que o cuidado com a conservação do solo ainda não é uma prática comum entre os agricultores familiares da Comunidade do Gurupá. Situação semelhante foi identificada por Moreira (2021) em comunidades rurais amazônicas, onde a baixa adoção de práticas conservacionistas está diretamente associada à ausência de assistência técnica e à falta de acesso a capacitações.

Em relação ao uso de técnicas de controle biológico para o manejo de pragas (Figura 6.J), 94% dos entrevistados afirmaram não utilizar nenhum tipo de técnica alternativa, enquanto apenas 6% afirmaram que sim. Isso demonstra que o uso de métodos sustentáveis e de baixo impacto ambiental ainda é muito pouco difundido na comunidade, seja por falta de conhecimento, de assistência técnica ou de acesso a insumos e capacitações adequadas. De acordo com Grisa e Schneider (2015), a dificuldade em implementar práticas agroecológicas em territórios tradicionais também se relaciona com a carência de políticas públicas efetivas voltadas para o fortalecimento da agroecologia na Amazônia.

**Figura 6.** Respostas das perguntas: I- "Você adota práticas de cultivo que visam a conservação do solo?". J- "Você utiliza técnicas de controle biológico para manejo de pragas?"



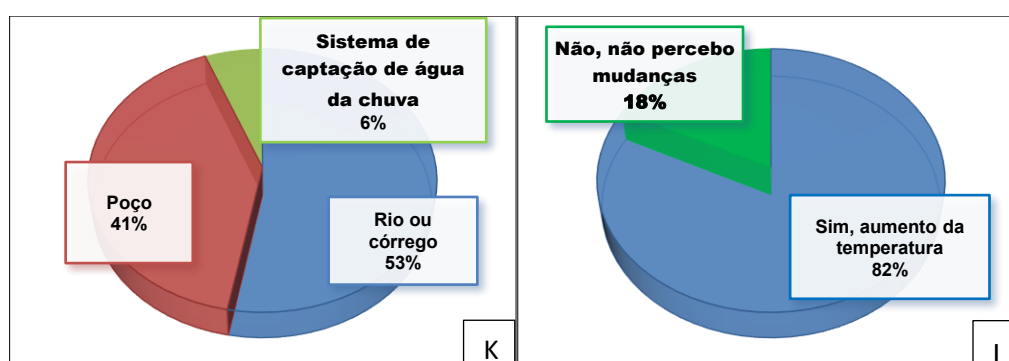
Os dados apontam para um cenário onde práticas ambientais importantes, como conservação do solo e manejo biológico de pragas, ainda não fazem parte da rotina produtiva da maioria dos agricultores locais. A ausência dessas práticas pode, ao longo do tempo, comprometer a qualidade do solo, reduzir a produtividade e aumentar a dependência de insumos externos, como fertilizantes e agrotóxicos. Grisa e Schneider (2015) destacam que, nas comunidades rurais amazônicas, a adoção de práticas agroecológicas é diretamente proporcional ao acesso à educação ambiental, à extensão rural e ao fortalecimento das

organizações comunitárias. Essa realidade reforça a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à capacitação técnica no campo, especialmente em comunidades tradicionais como o Quilombo do Gurupá, onde a transmissão de conhecimentos é fortemente baseada na experiência empírica. Estimular o uso de práticas agroecológicas e sustentáveis pode representar não apenas um avanço ambiental, mas também social e econômico, garantindo mais autonomia e segurança para as famílias agricultoras (Moreira, 2021; IPEA, 2024).

No que se refere à principal fonte de água utilizada para irrigação nas propriedades rurais (Figura 7K), os dados apontam que 53% dos agricultores familiares entrevistados utilizam rios ou córregos, enquanto 41% fazem uso de poços. Apenas 6% afirmaram utilizar sistemas de captação da água da chuva. Esses números indicam que há uma predominância do uso de fontes naturais, o que revela uma forte dependência dos recursos hídricos locais, tanto superficiais quanto subterrâneos, para a manutenção das atividades produtivas. Essa realidade também foi identificada por Santos, Valadares e Silva (2025) em comunidades amazônicas, onde a dependência dos recursos hídricos locais é acentuada, especialmente pela falta de infraestrutura para armazenamento e uso eficiente da água.

Em relação à percepção de mudanças climáticas (Figura 7.L), a maioria expressiva dos entrevistados (82%) afirmou perceber alterações no clima que impactam diretamente suas atividades agrícolas, com destaque para o aumento das temperaturas. Apenas 18% disseram não notar mudanças. Essa percepção demonstra que os efeitos das mudanças climáticas já são sentidos na rotina dos agricultores, afetando desde o manejo das culturas até a disponibilidade de água e o tempo de plantio. De acordo com Souza *et al.* (2019), agricultores familiares na Amazônia vêm observando, de forma empírica, alterações no regime de chuvas, aumento na frequência de estiagens e elevação das temperaturas, fatores que afetam diretamente o desempenho das atividades agrícolas.

**Figura 7.** Respostas das perguntas: K- " Qual é a principal fonte de água para irrigação em sua propriedade?". L- " Você percebe alguma mudança no clima que afeta suas atividades agrícolas?"

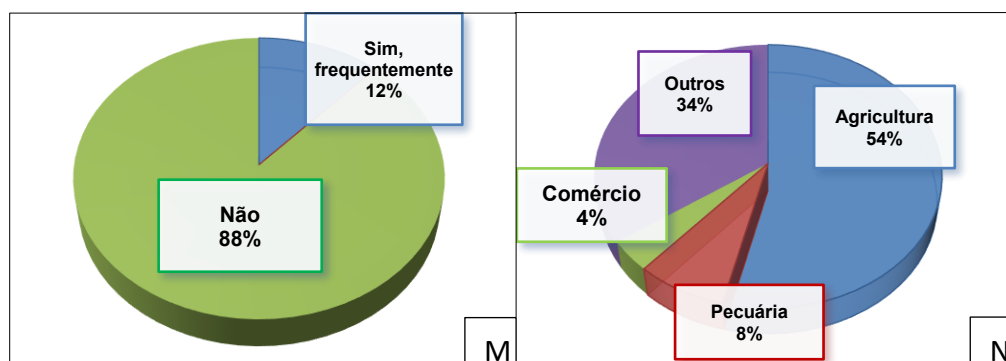


A partir desses dados, observa-se um cenário de vulnerabilidade ambiental crescente, especialmente diante da baixa diversificação de fontes hídricas e da ausência de estratégias adaptativas. A dependência de rios e poços, associada à percepção clara do aumento das temperaturas, indica que os agricultores familiares de Cachoeira do Arari estão expostos aos efeitos das mudanças climáticas, mas ainda carecem de meios técnicos e estruturais para enfrentá-los. Conforme aponta Rocha e Campos (2021), práticas como a captação e armazenamento da água da chuva, manejo sustentável dos recursos hídricos e a adoção de técnicas agroecológicas são fundamentais para fortalecer a resiliência das comunidades rurais frente aos desafios climáticos.

Em relação à adoção de práticas de gestão de resíduos agrícolas (Figura 8M), observou-se que 88% dos agricultores não realizam nenhum tipo de manejo ou reaproveitamento dos resíduos gerados nas atividades agrícolas, enquanto apenas 12% afirmaram adotar essas práticas. Esse dado evidencia que o manejo adequado de resíduos ainda não faz parte da rotina produtiva da maioria dos agricultores da comunidade, realidade que também foi observada por Moreira (2021) em estudos com comunidades rurais amazônicas.

Sobre a principal fonte de renda das famílias (Figura 8.N), a agricultura aparece como atividade predominante para 54% dos entrevistados. Outros 34% indicaram atividades diversas, classificados como “outros”, enquanto 8% dependem da pecuária e 4% do comércio. Esse cenário reforça que, embora haja certa diversificação econômica, a agricultura ainda se mantém como eixo central da subsistência familiar, conforme também aponta Barbosa (2005) ao analisar o perfil da agricultura familiar no Marajó.

**Figura 8.** Respostas das perguntas: M- "Você realiza práticas de gestão de resíduos agrícolas?". N- "Qual é a principal fonte de renda da sua família?"



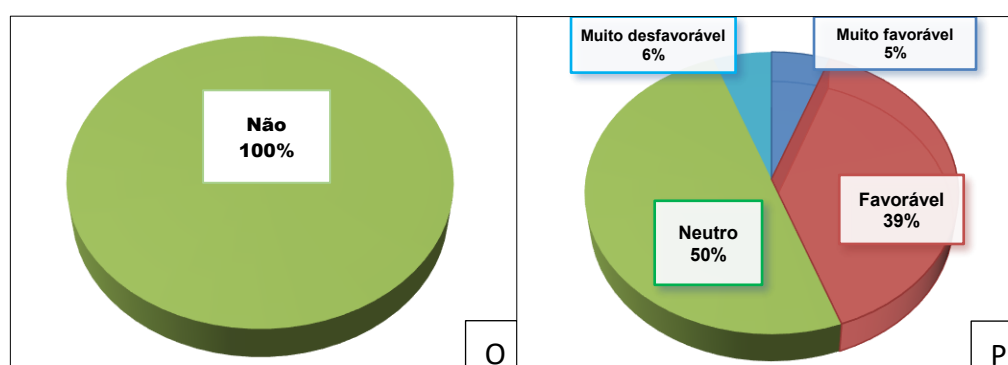
Esses dados refletem a importância da atividade agrícola no contexto socioeconômico da comunidade, mas também revelam a necessidade de ampliar práticas que contribuam para a

sustentabilidade ambiental, sobretudo no que diz respeito ao manejo dos resíduos gerados no processo produtivo, como discutido por Moreira (2021) e Grisa e Schneider (2015), que destacam experiências positivas de reaproveitamento de resíduos orgânicos, como adubação e compostagem, em comunidades rurais da Amazônia.

Quanto ao acesso ao crédito agrícola (Figura 9O), todos os entrevistados, 100%, afirmaram não dispor desse tipo de recurso. Esse dado revela uma limitação estrutural comum na agricultura familiar, especialmente em territórios rurais e quilombolas, onde o acesso às instituições financeiras é mais restrito, conforme destacam Delgado e Bergamasco (2017) e Barbosa (2005). A ausência desse suporte compromete diretamente a capacidade dos agricultores de investir na melhoria das atividades produtivas, seja na aquisição de insumos, equipamentos ou na adoção de práticas mais eficientes.

No que se refere à avaliação dos preços dos produtos no mercado (Figura 9P), 50% dos agricultores consideram os preços neutros, 39% os avaliam como favoráveis, 5% os classificam como muito favoráveis e 6% os entendem como muito desfavoráveis. Esse cenário reflete a vulnerabilidade dos produtores frente às dinâmicas de mercado, muitas vezes controladas por atravessadores e intermediários, como discutem Delgado e Bergamasco (2017) e Barbosa (2005). Isso limita a geração de renda e fragiliza a autonomia dos produtores, que acabam dependendo de circuitos comerciais restritos.

**Figura 9.** Respostas das perguntas: O- "Você tem acesso a crédito agrícola?". P- "Como você avalia o preço de seus produtos agrícolas no mercado?"



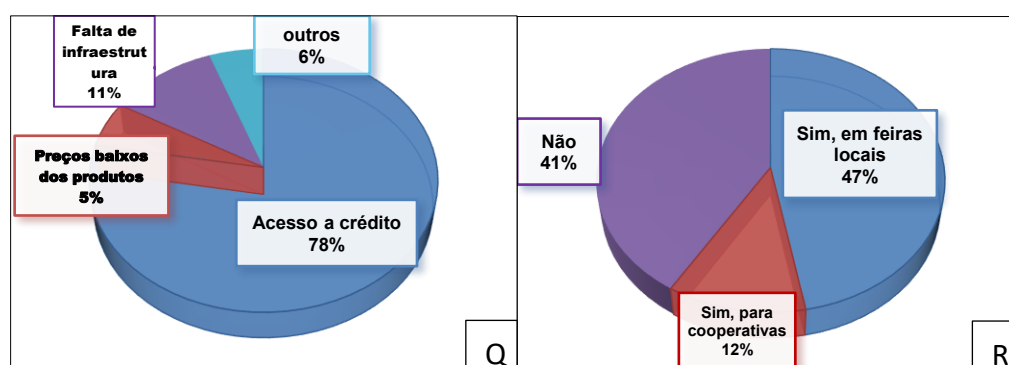
De modo geral, os dados revelam desafios econômicos significativos, que limitam tanto o desenvolvimento produtivo quanto a estabilidade financeira dos agricultores. Essa realidade é comum em territórios rurais da Amazônia, onde, segundo Santos *et al.* (2025) e Souza *et al.* (2019), a falta de crédito, de canais eficientes de comercialização e de políticas estruturantes

perpetua ciclos de baixa renda e reduzida capacidade de expansão produtiva. Portanto, estimular arranjos produtivos locais, fortalecer feiras, cooperativas e ampliar o acesso às linhas de financiamento específicas para a agricultura familiar são caminhos apontados por diversos autores como estratégias fundamentais para garantir mais estabilidade e viabilidade econômica aos agricultores do Gurupá.

Quanto às principais dificuldades econômicas enfrentadas na atividade agrícola (Figura 10Q), a maioria expressiva dos entrevistados 78% destacou a ausência de acesso ao crédito como o principal entrave, realidade que também foi evidenciada por Barbosa (2005) ao analisarem os desafios da agricultura familiar no Pará. Esse fator limita diretamente a capacidade de investimento em insumos, equipamentos e melhorias na produção, contribuindo para a permanência dos agricultores em uma lógica de baixa produtividade e dependência econômica. Outros desafios mencionados foram a insuficiência de infraestrutura 11% e os preços baixos dos produtos 5%, ambos elementos frequentemente associados às dificuldades estruturais enfrentadas pela agricultura familiar na Amazônia (IBGE, 2017).

No que se refere à comercialização direta dos produtos (Figura 10R), observa-se que 47% dos agricultores comercializam seus produtos em feiras locais, 12% por meio de cooperativas e 41% declararam não realizar nenhum tipo de venda direta. Esse panorama revela uma busca por alternativas de escoamento da produção, apesar das limitações impostas pela falta de apoio logístico e organizacional, realidade comum em territórios rurais amazônicos, como também aponta o levantamento realizado pelo IBGE (2017) sobre o Censo Agropecuário. A atuação em feiras demonstra não apenas a importância desses espaços na geração de renda, mas também sua função sociocultural, como locais de fortalecimento das redes comunitárias e circulação dos saberes tradicionais (Grisa; Schneider, 2015).

**Figura 10.** Respostas das perguntas: Q- "Qual é a principal dificuldade econômica enfrentada na sua atividade agrícola?". R- "Você realiza alguma forma de comercialização direta dos seus produtos?"



A baixa participação em cooperativas reflete, por sua vez, desafios históricos relacionados à organização social no meio rural, muitas vezes atravessados por processos de exclusão, falta de informação e ausência de políticas de incentivo adequadas (Souza *et al.*, 2019). Ainda assim, a expressiva presença nas feiras indica resiliência e protagonismo dos agricultores na busca por autonomia econômica, mesmo diante das limitações estruturais impostas pelo contexto regional.

#### 4 Considerações

O presente estudo permitiu compreender a realidade da agricultura familiar na Comunidade Remanescente do Quilombo do Gurupá, localizada no município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, Pará. Observou-se que a agricultura exerce papel central na subsistência das famílias quilombolas e na preservação de saberes tradicionais, estreitamente ligados ao território e às práticas culturais transmitidas entre gerações. Apesar dessa relevância social e cultural, a pesquisa evidenciou desafios significativos que comprometem a sustentabilidade e o fortalecimento da atividade agrícola local.

Entre os principais obstáculos identificados destacam-se a ausência de assistência técnica especializada, as dificuldades no acesso ao crédito rural, o baixo nível de escolaridade entre os agricultores, a limitada participação em associações ou cooperativas e as dificuldades de comercialização em mercados mais amplos. Essas limitações refletem diretamente na produtividade e na autonomia econômica da comunidade, mantendo grande parte dos agricultores em sistemas de produção voltados essencialmente para o autoconsumo, com baixo excedente para comercialização.

No aspecto ambiental, verificou-se que práticas de manejo sustentável, como conservação do solo, uso de controle biológico de pragas e gestão de resíduos agrícolas, ainda são pouco aplicadas, o que contribui para a vulnerabilidade frente aos efeitos das mudanças climáticas e à degradação dos recursos naturais. Observou-se também forte dependência de fontes hídricas naturais, como rios, córregos e poços, sem o uso significativo de tecnologias de captação e armazenamento, o que limita a resiliência produtiva em períodos de estiagem ou alteração climática.

A análise permitiu ainda perceber estratégias de diversificação produtiva, principalmente com a horticultura, a pecuária e o extrativismo, demonstrando a capacidade de adaptação dos agricultores diante de contextos adversos. Contudo, para que essas estratégias se convertam em benefícios concretos à comunidade, torna-se fundamental a implementação de

políticas públicas específicas, voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar quilombola, com ampliação do acesso a crédito, assistência técnica continuada, formação e capacitação.

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na comunidade do Gurupá depende diretamente de ações integradas que articulem valorização dos saberes tradicionais, inclusão produtiva, educação no campo e incentivos à organização coletiva. Somente dessa forma será possível promover melhores condições de vida, segurança alimentar, conservação ambiental e maior autonomia econômica para as famílias quilombolas, garantindo a continuidade das práticas culturais e produtivas que sustentam a identidade do território.

### **Agradecimentos**

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) campus Breves e ao Programa Forma Pará.

### **Referências**

BARBOSA, T. M. F. **Dinâmica dos sistemas de produção familiares da Ilha de Marajó: o caso do município de Cachoeira do Arari**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/408732/1/Dissertacao-DinamicaSistemasProducao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): **Relatório anual 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 13 jul. 2025.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 16 jul. 2025.

EMBRAPA. **Redução das desigualdades**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1103658/1/CLV18010.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
GRISA, Cláudia; SCHNEIDER, Susanna (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cachoeira do Arari (PA)**. População estimada em 1º de julho de 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/cachoeira-do-arari.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: características da agricultura familiar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 07 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural no Brasil, na América Latina e no Caribe**. Brasília: Ipea, 2024. Capítulo 5. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14052/5/Agricultura%20familiar\\_Cap5.pdf?utm\\_source](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14052/5/Agricultura%20familiar_Cap5.pdf?utm_source). Acesso em: 16 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Perguntas e respostas sobre governança fundiária e territórios quilombolas**. Brasília, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas\\_respostas.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

INMET. INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Dados meteorológicos de 2020**. Disponível em: <https://www.inmet.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2023: Resultados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LUDOVINO, R. M. R.; TOURRAND, J.; VEIGA, J. B. da. **Tipologia dos sistemas de produção da agricultura familiar na microrregião do Arari da Ilha de Marajó – PA**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 99 p. (Documentos, 48). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/403298>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento na pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 4, p. 1026–1027, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>. Acesso em: 07 jul. 2025.

MOREIRA, W. C. L. **Sistema de manejo conservacionista do solo na agricultura familiar no Sudoeste da Amazônia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) — Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppga/menu/dissertacoes/dissertacoes-2/2021/willian-carlos-de-lima-moreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID 19 no Brasil (VIGISAN II)**. São Paulo: Fundação

Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ROCHA, T. V.; CAMPOS, K. C. **Perfil modernizador do agricultor no Brasil**. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60081/1/2021\\_art\\_tvrocha.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60081/1/2021_art_tvrocha.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

SANTOS, G. R. dos; VALADARES, A. A.; SILVA, S. P. (Orgs.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16910/1/Agricultura\\_e\\_diversidades\\_vol\\_2.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16910/1/Agricultura_e_diversidades_vol_2.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

SOUZA, F. P. de; SILVA, C. A. C.. Divisão sexual do trabalho e gênero na agricultura familiar: considerações a partir de pesquisas na Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 158, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SOUZA, M. M.; SILVA, T. A. Organização coletiva e sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural**, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2016. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/568035/1/doc75.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOUZA, P. M. de; FORNAZIER, A.; SOUZA, H. M. de; PONCIANO, N.J. Agricultura familiar na Amazônia Paraense: principais desafios e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba**, v. 50, p. 288–306, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.169354>. Acesso em: 14 jul. 2025.